



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL

#### Mesa e Coordenadores

Aos 22 dias do mês de abril de 2020, pelas 11:30 horas, reuniu a Mesa e Coordenadores da Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Distribuição do Relatório "Portugal na União Europeia - 2019" (a remeter à CAE até 15 de maio);**

**Relator: Grupo Parlamentar do PS;**

**2. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2020)139 - «Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativa à criação de um instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) na sequência do surto de COVID-19»;**

**Relator: Grupo Parlamentar do PSD;**

**3. Apreciação e votação, se necessário, dos contributos recebidos a propósito do Relatório do Governo sobre a aplicação da declaração do estado de emergência (a remeter à CACDLG até 24 de abril);**

**4. Outros assuntos.**

---

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Catarina Marcelino (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, deu início aos trabalhos, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia, que se desenrolou nos seguintes termos:

**1. Distribuição do Relatório "Portugal na União Europeia - 2019" (a remeter à CAE até 15 de maio);**

**Relator: Grupo Parlamentar do PS;**

O Grupo Parlamentar (GP) do PS indicou como relator o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS).

**2. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2020)139 - «Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativa à criação de um instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) na sequência do surto de COVID-19»;**

**Relator: Grupo Parlamentar do PSD;**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL

#### Mesa e Coordenadores

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), que de forma sucinta apresentou o relatório relativo à iniciativa europeia em epígrafe, aludindo ao objetivo, ao conteúdo e à base jurídica da proposta, e ao cumprimento dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade, este último com a particularidade de a iniciativa se inserir no âmbito de competências da União Europeia (UE) até mesmo em termos factuais, realçando que o estabelecimento de um mecanismo de empréstimo financeiro exigiria uma relação de bilateralidade que um Estado-Membro sozinho não conseguiria concretizar. Concluiu então pelo envio deste relatório à Comissão de Assuntos Europeus, finalizando-se assim o respetivo escrutínio.

Tal como a Senhora Presidente em exercício, também a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou e cumprimentou a Senhora Deputada relatora pelo trabalho efetuado, anunciando, contudo, a abstenção do seu Grupo Parlamentar, motivada pela questão de fundo do objeto da proposta em apreço, em especial o programa SURE.

No mesmo sentido, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) indicou que o GP do BE se absteria nesta votação, não pelo relatório elaborado, aproveitando para saudar a Senhora Deputada relatora a esse respeito, mas pelo conteúdo da iniciativa, manifestando reservas quanto aos empréstimos aí consagrados.

Por sua vez, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) afirmou acompanhar o relatório, mas não as políticas ínsitas na proposta. Todavia, como se tratava de votar o relatório e não a iniciativa propriamente dita, solicitou que esta declaração de voto acompanhasse em ata o voto favorável do seu Grupo Parlamentar.

Deste modo, foi o relatório aprovado com os votos a favor dos GP do PS, PSD, CDS-PP e PAN (com a mencionada declaração de voto), e com a abstenção dos GP do BE e do PCP.

**3. Apreciação e votação, se necessário, dos contributos recebidos a propósito do Relatório do Governo sobre a aplicação da declaração do estado de emergência (a remeter à CACDLG até 24 de abril);**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL

#### Mesa e Coordenadores

No terceiro ponto da Ordem do Dia, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), comunicando que o seu Grupo Parlamentar faria chegar contributos sobre este tópico ainda naquele dia, e frisando que não tinha ficado claro se deveriam ser formulados como opinião de cada força política ou como propostas de alteração ao relatório.

Por seu turno, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) defendeu que o pedido da 1.ª Comissão parecia visar a avaliação de cada Comissão, sob a forma de contributo, com a posição política de cada Grupo Parlamentar, e não como proposta de alteração. Desta forma, manifestou-se disponível para intervir de imediato sobre o assunto ou para remeter mais tarde a sua posição por escrito.

Já o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) considerou que os capítulos relativos à aplicação do estado de emergência às relações laborais e às pessoas em situação de especial vulnerabilidade pecavam por insuficiência, criticando ainda a referência do relatório à situação do Porto de Lisboa, argumentando que a greve havia sido suspensa pelo próprio sindicato, sendo os trabalhadores impedidos de exercer as suas funções. Advogou ainda que os dados fornecidos pelo Governo na última audição sobre o desemprego e o *lay-off* simplificado deveriam constar obrigatoriamente do relatório, e concluiu expondo dúvidas sobre a forma a adotar para a respetiva pronúncia.

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) comentou que a metodologia a adotar não tinha ficado totalmente esclarecida, recordando que o relatório já havia sido objeto de discussão em Plenário na semana anterior. Posto isto, destacou a dificuldade ou impossibilidade de produzir um contributo consensualizado por Comissão, questionando até a legitimidade desse procedimento, já que as posições dos Grupos Parlamentares eram naturalmente distintas entre si.

Seguiu-se a intervenção o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que classificou como pouco feliz a abordagem de envio de contributos Comissão a



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL**

#### **Mesa e Coordenadores**

Comissão, anunciando que o GP do CDS-PP optara por fazer uma avaliação mais global, de natureza eminentemente política, que submeteria à 1.ª Comissão e à Conferência de Líderes.

O Senhor Deputado Pedro Rodrigues (PSD) concordou com as duas intervenções antecedentes, entendendo que fazia sentido uma análise política de natureza mais geral, metodologia que o GP do PSD adotaria, e bem assim que não se justificava uma análise setorial do documento, sob pena até de se poder incorrer em algumas contradições de Comissão para Comissão.

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que declarou a sua não-oposição ao procedimento propugnado, sugerindo ainda assim que se pudesse aferir o método adotado nas demais Comissões, já que não se percebia muito bem se se pretendiam opiniões ou contributos sobre o relatório.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) deu conta da existência de distintas apreciações nas diferentes Comissões. Sublinhando que o GP do PCP tinha uma avaliação sobre o relatório, em especial sobre as medidas do Governo na área do trabalho e da proteção social, defendeu que não se justificava a votação das posições políticas de cada Grupo Parlamentar.

Posto isto, a Senhora Presidente em exercício esclareceu que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) solicitara não a emissão de um parecer setorial, mas sim o envio das observações políticas de cada Comissão, decorrentes da ação de fiscalização do Governo. Assim sendo, e face aos argumentos aduzidos, constatou que não se poderia enviar um contributo único da Comissão, propondo então que cada Grupo Parlamentar remetesse a sua posição até ao fim da manhã de sexta-feira, 24 de abril, permitindo-se assim o seu reenvio à CACDLG até ao final desse dia, para serem incluídos como anexo ou como declaração de voto ao projeto de resolução a elaborar. Em alternativa, os Grupos Parlamentares que assim o pretendessem poderiam enviar a sua posição global diretamente à 1.ª Comissão até essa mesma data.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL

#### Mesa e Coordenadores

Destarte, a metodologia proposta mereceu a anuência de todos os Grupos Parlamentares.

#### 4. Outros assuntos

Neste último ponto, a Senhora Presidente em exercício recordou que ainda se encontrava pendente de calendarização a audição do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, no seguimento do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre a situação no Porto de Lisboa. A este propósito, registando que as anteriores audições sobre esta matéria haviam sido agendadas pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (CEIOPH), sendo posteriormente realizadas em conjunto com a CTSS, sugeriu que se pudesse adotar o mesmo procedimento, até porque o Senhor Ministro por norma era escrutinado nessa Comissão.

Esta proposta mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares, solicitando o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) que a 10.ª Comissão pudesse perguntar à 6.ª Comissão se já obtivera resposta do Governo ao convite formulado, tendo-lhe sido assegurado que a CTSS realizaria essa diligência complementar.

Ainda antes da conclusão da reunião, a Senhora Presidente em exercício lembrou que os contributos que visavam o relatório sobre o estado de emergência deveriam ser remetidos a esta Comissão até às 12h00 da sexta-feira seguinte, 24 de abril, reiterando que cada Grupo Parlamentar poderia enviar a sua apreciação global diretamente à 1.ª Comissão, a quem se daria nota que a 10.ª Comissão deliberara não apresentar um contributo único, mas sim deixar ao critério de cada força política a sua análise individual sobre as diferentes matérias em causa, global ou sectorialmente, não se procedendo igualmente a nenhuma votação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL**

**Mesa e Coordenadores**

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2020.

**A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO**



Catarina Marcelino



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 8/XIV/1.ª SL**

#### **Mesa e Coordenadores**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino  
Diana Ferreira  
Inês de Sousa Real  
João Pinho de Almeida  
José Moura Soeiro  
Pedro Rodrigues  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Clara Marques Mendes  
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: